UMA NOVA VISÃO SOBRE O LITISCONSÓRCIO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

Adriana Aparecida Giosa Ligerio, Luize Godoy, Nilcéia Amaral, Yuri Leite.

Universidade do Oeste Paulista, Curso de Direito, Presidente Prudente, SP. E-mail: luizegodoy@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo nos leva a uma visão panorâmica das alterações apresentada pelo novo Código de Processo Civil ao instituto do litisconsórcio em relação às suas características e modalidades. Abordam-se, também, o conceito deste fenômeno processual; assim como a sua classificação. E, ainda, trata da natureza das sentenças proferidas no âmbito do processo litisconsorcial, sempre de forma comparada com o CPC ainda vigente e o novo Código do Processo Civil. O objetivo deste estudo foi visualizar a abordagem do litisconsórcio na nova normatização processual. Como método foi utilizada a pesquisa bibliográfica, pela leitura e análise de algumas obras dos mais conhecidos autores brasileiros com relação ao instituto do litisconsórcio. Os resultados foram convincentes, visto que a maioria desses autores analisados tratou, com precisão, dados necessários para a elaboração de um entendimento sobre o instituto do litisconsórcio. Conclui-se que instituto do litisconsórcio, em sua essência aparenta estar sendo tratado da mesma forma como o abordou o Código de Processo Civil ainda vigente.

Palavras-chave: Litisconsórcio, conceito, classificação, partes, natureza da sentença.

A NEW VISION ON JOINT PARTIES IN THE NEW CIVIL PROCEDURE CODE.

ABSTRACT

This study leads us to a panoramic view of the changes made by the new Civil Procedure Code to the joinder of the institute characteristics and modalities. It is approached in this article the concept; parties; classification. And yet that this is the nature of sentences passed, always so compared to the CPC still in force and about to be repealed by the new Code of Civil Procedure. The objective of this study was to see how he was approached the joinder of the institute by the new procedural regulation. The methodology consisted of several works of the best known Brazilian authors regarding the joinder of the institute. The results were convincing, since most of these authors described, accurately, data needed to develop an understanding of the joint party of the institute. It was concluded that joint party of the institute, in its essence seems to be being treated in the same way we approached the Civil Procedure Code is still in force.

Keywords: Joinder, concept, classification, party, judgment of nature.

INTRODUÇÃO

No presente artigo, procura-se abordar os aspectos mais relevantes do litisconsórcio em face das alterações do Novo Código do Processo Civil, dando especial atenção à suas formas e modalidades.

Escolhe-se este tema por ter a consciência de que a escolha foi de extrema relevância, haja vista que o instituto do litisconsórcio, para o direito processual brasileiro, apresenta grande utilidade prática, diminuindo o volume processual e agilizando a marcha para a satisfação mais rápida e eficaz das lides.

Traz-se ainda no presente artigo a evolução mediante a comparação da norma jurídica relacionada a este instituto para que possamos vislumbrar as alterações sofridas recentemente com o projeto e a publicação do Novo Código de Processo Civil de forma comparada ao Código em vias de ser revogado.

E por fim, as considerações trazidas e debatidas neste artigo, apresentará apenas uma visão panorâmica, pois este instituto, especialmente no que concerne a classificação, apresenta regramento bastante complexo e que dificulta uma abordagem satisfatória no espaço permitido para este artigo.

Assim, o objetivo deste estudo foi situar o leitor para uma primeira compreensão do instituto do litisconsórcio no novo Código de Processo Civil.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada na pesquisa foi eminentemente bibliográfica, tendo a intenção de possibilitar a compreensão do instituto, bem como suas modificações diante da edição do novo Código de Processo Civil.

Num estudo, partindo-se do raciocínio hipotético dedutivo, foram construídas as bases do trabalho, numa interpretação reflexiva e dialética.

DISCUSSÃO

O instituto ora analisado é tratado no novo Código de Processo Civil entre os artigos 113 e 118.

O art. 113 do novo Código de Processo Civil trata do litisconsórcio facultativo. A doutrina costuma identificar o instituto quando verifica a presença de mais de um réu ou mais de um autor no processo.

A justificativa para a existência do instituto na legislação processual está nos princípios da economia processual e da harmonia dos julgados (DINAMARCO, 1996, p. 61).

Para Dinamarco o litisconsórcio será facultativo:

Nos casos em que a lei não dita a necessidade (e não cabe ao juiz criá-la, impondo o litisconsórcio onde a lei não o exige), o litisconsórcio é *facultativo*, ficando a critério exclusivo do autor, ou autores, a propositura conjunta de demandas. É o ato de iniciativa do processo que determinará soberanamente (desde que admissível o litisconsórcio e ressalvadas as hipóteses de litisconsórcio ulterior) se o processo se fará entre só um autor e só um réu, ou entre três ou mais pessoas (1996, p. 67).

Da análise da nova redação que apresenta o art. 113 do NCPC em cotejo com o art. 46 do CPC de 1973, nota-se a exclusão da hipótese redundante de litisconsórcio (eliminação do inciso II, do art. 46, do CPC de 1973) e a possibilidade de cisão do litisconsórcio não apenas na fase do conhecimento, como também nas de liquidação e de execução (AMARAL, 2015, p. 183).

O artigo 114, do novo Código de Processo Civil trata dos casos de litisconsórcio necessário.

Para Dinamarco:

A Necessariedade do litisconsórcio reside na indispensabilidade da presença de partes plúrimas, resolvendo-se numa questão de legitimidade *ad causam* ativa ou passiva: dizer que o litisconsórcio é necessário significa negar a legitimidade de uma só pessoa para demandar ou para ser demandada isoladamente, carecendo de ação o autor que insistir na demanda isolada. Trata-se de matéria de ordem pública, que o juiz cumpre fiscalizar de ofício, ditando-lhe a lei, expressamente, o dever de determinar o necessário para que se faça o litisconsórcio, nos casos em que a lei o exige, sob pena de extinção sem julgamento do mérito. (1996, p. 66/67).

Como dito acima haverá litisconsórcio quando houver mais de um autor ou mais de um réu, por isso é melhor dizer que o litisconsórcio se caracteriza pela pluralidade de sujeitos em um polo, numa relação jurídica processual (DIDIER, 2015, p. 449).

Na redação do artigo 114 do NCPC ocorre a exclusão da menção à necessidade de decisão uniforme para todas as partes como hipótese de definição do litisconsórcio necessário (AMARAL, 2015, p. 185).

O que faz o NCPC foi corrigir a incongruência do art. 47 do CPC de 1973, pois segundo o art. 47 do CPC de 1973, todo litisconsórcio necessário seria unitário, porém a realidade desmentia o sentido do texto legal. Assim é possível conceber um litisconsórcio facultativo e, ainda assim unitário. Como exemplo, pode-se imaginar o litisconsórcio entre acionistas para a anulação de assembleia geral ordinária de sociedade por ações. A formação do litisconsórcio no polo ativo é

facultativa, porém a sentença não pode anular a assembleia para um litisconsorte e deixar de fazê-lo para outro (AMARAL, 2015, p. 185).

Da mesma forma, é possível visualizar um litisconsórcio necessário, simples, admitindo decisões distintas para os litisconsortes. Seria a hipótese da ação de usucapião, na qual devem ser citados os lindeiros e aquele em cujo nome estiver registrado o imóvel, sem que, com isso, deva a sentença ser uniforme para todos os litisconsortes (AMARAL, 2015, p. 185).

Essa postura não trouxe impactos, pois a jurisprudência já seguia nessa linha admitindo a possibilidade do litisconsórcio necessário simples, bem como litisconsórcio facultativo unitário (AMARAL, 2015, p. 185/186).

O art. 115 do NCPC traz expressa a consequência da ausência de formação de litisconsórcio necessário. Distingue os casos de litisconsórcio necessário-unitário e necessário-simples. Deixa claro que é nula a decisão na hipótese de não citados todos aqueles que deveriam figurar como litisconsortes necessários-unitários. E no caso daqueles que deveriam figurar como litisconsortes, necessários-simples, a sentença será ineficaz (MEDINA, 2015, p. 206).

O NCPC encampa entendimento há muito esposado por Barbosa Moreira, segundo o qual nem sempre a integração do litisconsorte passivo necessário implicará em nulidade da sentença (AMARAL, 2015, p. 187).

O art. 116 do NCPC inclui a hipótese específica de litisconsorte unitário. Assim o NCPC deixa claro o que no CPC de 1973 poderia ser confuso. Para WAMBIER *et. al*, 2015, p. 212:

Este dispositivo descreve a situação que gera a **unitariedade do litisconsórcio**: a *inexorabilidade* de o juiz decidir a lide do mesmo modo para todos os litisconsortes _ que, por isso, salvo disposição de lei em contrário – gera a necessidade da formação do litisconsórcio.

Assim o litisconsórcio unitário só não será necessário se houver autorização legal expressa nesse sentido (WAMBIER. *et. al*, 2015, p. 212).

O artigo 117 do NCPC traz a menção expressa da possibilidade de atos e omissões do litisconsorte unitário beneficiar o outro e nunca prejudicá-lo (AMARAL, 2015, p. 188).

O artigo 117 do NCPC contemplou o entendimento já existente⁴ sobre a matéria, pois, trata-se da aplicação do princípio da interdependência, onde os atos processuais praticados por um litisconsorte, ou eventuais omissões deste, não poderão prejudicar outros litisconsortes, embora possa os beneficiá-los (AMARAL, 2015, p. 189). É possível concluir que existe autonomia entre os litisconsortes.

Por fim, o artigo 118, do NCPC corresponde ao artigo 49 do CPC de 1973, sem alteração relevante. Trata da necessidade de intimação de todos os litisconsortes.

Assim, tem-se que a relação jurídica processual envolve a atividade de diversos sujeitos. Os sujeitos mais destacados nessa relação são: o juiz, chamado de sujeito desinteressado; o autor e o réu, denominados sujeitos interessados, sendo que, autor, réu e juiz, são os sujeitos processuais.

O juiz é o destinatário da atividade das partes, pois essa atividade serve para lhe dar o conhecimento da lide, para que possa ser resolvida ou solucionada.

O conceito de parte evoluiu juntamente com o próprio conceito de ação, uma vez que a consagração da autonomia do direito de ação em relação ao direito material influenciou na definição de parte.

O conceito atual de parte é muito simples e independente da relação jurídica material. Por isso, parte é quem solicita a prestação jurisdicional (sujeito ativo), bem como aquele em face de quem a prestação é solicitada (sujeito passivo). Trata-se, pois, de conceito eminentemente processual.

A capacidade de estar em juízo, significa, que alguém pode exercitar legitimamente seus direitos, podendo ser validamente citado como réu em processo contra ele movido, ou por sua vez, mover ação contra outrem.

Sobre a capacidade de se compor o litisconsórcio Nery Junior registra:

“A expressão “podem”, contida no caput indica que as hipóteses reguladas pela norma ora comentadas são de litisconsórcio facultativo. Dá-se litisconsórcio facultativo, sempre que presente somente as circunstâncias do art. 113 CPC. Se, por exemplo, houver comunhão de direitos (CPC, 112, I) entre os litisconsortes, mas também ocorrer a situação prevista no art. 114 CPC (Ação de anulação de contrato existente entre eles), o litisconsórcio será necessário”. (NERY JÚNIOR, 2015, p. 511)

São consideradas terceiros todas as pessoas que não sejam partes. Todo sujeito permanece terceiro enquanto não ocorrer com relação a ele um dos modos pelos quais se adquire a qualidade de parte.

Somente em caso extremo, sendo o terceiro titular da própria relação jurídica, ele será trazido ao processo em momento posterior por determinação judicial.

O tema litisconsórcio não apresentou grandes mudanças como já se explicitou acima. O novo Código de Processo Civil permanece conceituando o que é o litisconsórcio necessário e unitário, bem como as providências que o magistrado deve adotar quando perceber a ausência de litisconsortes no processo, entre outras matérias, o que já consta do Código vigente. Permanece o

benefício do prazo processual em dobro se os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, exceto se o processo for “eletrônico”.

O litisconsórcio é classificado segundo critérios relativos às partes envolvidas no processo e ao momento do estabelecimento do litisconsórcio.

Quanto à obrigatoriedade ou não da formação do litisconsórcio, será facultativo quando não for obrigatória a sua formação, ficando a critério das partes a sua ocorrência. O litisconsórcio facultativo se subdivide em irrecusável e recusável. Será irrecusável quando requerido pelos autores, não pode ser recusado pelos réus. Será recusável quando permitir rejeição pelos demandados.

De outro lado, ocorre o litisconsórcio necessário quando as partes não puderem acordar quanto à sua existência. A natureza da relação jurídica ou a lei determina que seja formado um litisconsórcio obrigatoriamente, já que nessas hipóteses o juiz terá que decidir a lide de modo uniforme para todas as partes, conforme a leitura do art. 47 do CPC. (CURIA, 2015, p. 34)

Nos casos de litisconsórcio necessário não observado na propositura da ação, o juiz declarará extinto o processo, nos termos do parágrafo único do artigo 47 do CPC, não sendo possível de ser analisado o mérito da lide deduzida em juízo. (CURIA, 2015 p. 52).

Como registrado acima o litisconsórcio também pode ser facultativo. E ainda, no que tange ao posicionamento das partes na demanda, pode-se verificar litisconsórcio ativo, quando ocorre pluralidade de autores da ação; litisconsórcio passivo, quando a pluralidade se refere aos réus da ação; e, litisconsórcio misto, existe pluralidade tanto de réus, quanto de autores.

Como já citado anteriormente o litisconsórcio poderá ser necessário por força da lei. Isso significa que a lei pode impor o litisconsórcio sem que necessariamente a decisão seja uniforme para todas as partes, é o chamado litisconsórcio necessário não-uniforme ou não unitário. Hipótese da ação divisória onde se proferirá uma só sentença em que para cada condômino haverá uma decisão diferente, cada quinhão terá sua área e limites conforme o título do condômino e o que ficar deliberado sobre o plano de divisão pelo juiz da causa (art. 979 CPC de 1973), (CURIA, 2015 p. 316).

Quando a lei não determina a imprescindibilidade, ou quando a sentença não tiver de ser uniforme para todas as partes, a constituição do litisconsórcio não será obrigatória, e sim, facultativa.

Com relação ao critério de propositura, o litisconsórcio será inicial quando existir desde o princípio da demanda, enquanto o ulterior é o que se forma após a propositura desta.

O litisconsórcio inicial é o que se forma no mesmo tempo do procedimento ou do incidente, pois mais de um agente reclama e em face de mais de um foi proposta.

Fredie Didier Jr (2015, p. 449) vislumbra a modalidade de litisconsórcio ulterior “tem de ser encarado como exceção, pois não deixa de ser evento que tumultua a marcha processual”. De acordo essa lição, o litisconsórcio ulterior surgirá em três hipóteses: a) quando houver intervenção de terceiros em razão de chamamento ao processo ou denunciação da lide; b) no caso de sucessão processual, caso em que os herdeiros da parte falecida ingressam na demanda (artigo 110 do NCPC) ou, ainda, c) pela concessão ou continência (art. 55,58 NCPC).

Nesse contexto é possível se afirmar que podem ocorrer muitas situações devido a natureza das sentenças proferidas aos litisconsortes. O art. 115 do NCPC cuida da aplicação da sentença de mérito proferida sem a citação de litisconsorte necessário, tratando tanto de litisconsorte necessário simples, quanto do litisconsorte necessário unitário.

Havendo o litisconsorte necessário unitário passivo, a falta de citação torna a sentença de mérito ineficaz para qualquer uma das partes, passível de invalidação a qualquer tempo, também por qualquer um deles nos termos do art. 115, I, do NCPC (CURIA, 2015, p. 52).

CONCLUSÃO

O debate apresentado no presente artigo significa apenas provocações objetivando ampliação de discussão diante de instituto tão importante e complexo que almeja economia processual e harmonia entre julgados.

Fez-se um cotejo entre os artigos que versam sobre o tema no CPC de 1973 e o NCPC.

A apresentação do conceito de litisconsórcio, das partes desta relação jurídica, e a análise da pluralidade, tanto no polo ativo quanto no passivo, nos permite visualizar a formação do litisconsórcio.

Ao mencionar algum aspecto das classificações do litisconsórcio, como é o intuito de qualquer classificação, buscou-se explicitar e trazer clareza ou transparência, no que se refere aos diversos os critérios apontados para classificações, permitindo melhor compreensão do instituto do litisconsórcio.

Ao fim, alcança-se a conclusão de que o litisconsórcio tem relação direta com o direito material, fazendo com que este instituto signifique o reflexo, do direito material enquanto processo, na relação de direito processual.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Guilherme Rizzo. **Comentários as alterações do novo CPC**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

CURIA, Luiz Roberto. CÉSPEDES, Livia. ROCHA, Fabiana Dias da. **Processo civil, leis e legislações**. São Paulo: Saraiva, 2015.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. **Coleção Repercussões do Novo CPC**. V. 1. Salvador: Editora Juspodivm, 2015.

DIDIER JR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**. 17 ed. Salvador: Ed. Jus Podivm, 2015.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Litisconsórcio**. 4ª ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

NERY JUNIOR, Nelson, **Comentários ao Código de Processo Civil**. São Paulo: RT, 2015.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito processual civil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense; São Paulo: Método, 2012.

MEDINA, José Miguel Garcia. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. 3ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

M O R E I R A, José Carlos Barbosa. **Comentários ao Código de Processo Civil**. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *et. al.* **Primeiros Comentários ao Novo Código de Processo Civil**. São Paulo: RT, 2015.